

CARLOS MAGNO

Para possibilitar o Projeto Alvorada, a população do DF e do Entorno será consultada sobre as seguintes proposições:

1 — Redução do atual Distrito Federal para aproximadamente um sexto dos atuais 5.600 Km², passando a se constituir apenas pela atual Região Administrativa I, que compreende o Plano Piloto, os lagos Sul e Norte, o Paranoá, o Núcleo Bandeirante, os Guará I e II e os Cruzeiros, o SIA e a Octogonal incluídos.

2 — Essa região passaria a ser denominada Brasília e seria a Capital da República, mantendo na íntegra o artigo 18 e seu parágrafo primeiro.

3 — As demais cidades-satélites passariam à condição de municípios autônomos, conforme preceitua o artigo 29 e seus incisos, com a eleição de prefeitos e de vereadores.

4 — As cidades-satélites e as da região do Entorno — e as da região geoeconômica, no caso de aprovação plebiscitária — passariam a formar o Estado da Alvorada, cuja capital seria Taguatinga.

Os recursos da União, hoje destinados ao Distrito Federal, são aplicados em sua quase totalidade no Plano Piloto em forma de viadutos revestidos de mármore, monumentais obras viárias, monumentos ostensivos à miséria da periferia e recapeamentos contínuos. Para as satélites chegam apenas migalhas, quase sempre em forma de esmolas ou concessões, através do critério discricionário do governador, de acordo com o prestígio ou a insistência do administrador regional.

A medida que estamos propondo,

além de distribuir melhor os recursos entre o futuro do DF e o novo estado, faria justiça aos demais estados e municípios da Federação que não têm obrigação de contribuir com pesados tributos para bancar uma administração nos atuais 5.600 Km² do DF. A criação do Estado da Alvorada geraria, de início, um impacto positivo na economia da região, com a implantação de cidades industriais do tipo Contagem/Betim, em Minas Gerais, e do ABCD, em São Paulo.

Taguatinga, deixando de ser Brasília e tornando-se a capital do novo estado, seria um centro altamente promissor. E na quantidade de maior e mais florescente cidadão da região, com o incentivo industrial entre Gama e Ceilândia, que viria proporcionar, iniciaria um processo de desenvolvimento tecnológico, criando escolas técnicas e faculdades. Haveria um processo natural de melhoria da qualidade de vida, a par da valorização de seus terrenos, edifícios, instalações e forçosamente haveria o consentâneo aprimoramento cultural, pela simples necessidade de absorver a condição de metrópole-capital e não de uma cidade-satélite, sempre dependente do Plano Piloto, sem qualquer autonomia administrativa, econômica, política e financeira.

Os principais beneficiários de imediato, além da Capital propriamente dita, seriam Ceilândia, Gama, Brazlândia, Samambaia e Vila Roriz, especialmente pela geração de novos empregos, fator predominantemente ligado à erradicação da miséria.

Uma novidade na estrutura do novo estado seria a sua relação com a capital da República, uma vez que Brasília, mesmo sendo a sede do Go-

verno Federal, não ficaria de fora do Estado da Alvorada, podendo seus eleitores concorrer ao governo estadual, ao Senado, à Câmara dos Deputados e à Assembleia Legislativa. No entanto, não poderiam concorrer às prefeituras e câmaras de vereadores das atuais cidades-satélites, futuros municípios autônomos.

Minas e Goiás, que perderiam partes dos seus territórios, poderiam participar do desenvolvimento das áreas que permaneceriam sob sua jurisdição, criando zonas de contenção migratória, altamente desenvolvimentistas.

No Estado da Alvorada, composto das cidades do Entorno e das atuais satélites, seriam construídas autênticas cidades industriais, incentivadas pelas escolas criadas pelo sistema tipo Senai e institutos tecnológicos do tipo de Campinas (SP) e Santa Rita do Sapucaí (MG) e pela obrigatoriedade imposta a cada indústria a ser instalada com todos os incentivos.

De sua parte, o Governo Federal proveria para o Alvorada os recursos necessários à sua implantação, conforme a Constituição em vigor.

Os atuais bolsões de miséria seriam eliminados naturalmente com a criação das cidades industriais e das agrovilas e agroindústrias. A geração de riquezas e de empregos produziria novos padrões de vida no tocante à moradia, educação, saúde, esporte, cultura, enfim, padrões de dignidade da pessoa humana.

E isto seria o maior benefício do que chamamos de Projeto Alvorada.

■ Carlos Magno é candidato do PMN ao Governo do Distrito Federal

CORREIO BRAZILIENSE

18 SET 1990